

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2015 foi marcado por importantes mudanças de cenários na política e na economia, as quais afetaram fortemente a Indústria Nacional. Neste contexto, frente ao cenário de forte contingenciamento de recursos orçamentários e da retração econômica do mercado, com a ausência de novas oportunidades e demandas de negócios, uma das metas estabelecidas pela Gestão foi manter a empresa funcionando e operando com o máximo de redução de seus custos operacionais, preservando a qualificação de nossos colaboradores e a relação com os nossos parceiros, de modo a mantê-la pronta para assumir novos negócios e no intuito de seguir as diretrizes do Governo, sem distanciar a empresa da sua missão. Foi com este espírito que no exercício de 2015, um dos principais objetivos, seguindo o Planejamento Estratégico estabelecido pela Gestãõ, foi concentrar esforços junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e à Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR visando a outorga do Terminal Marítimo de modo a operá-lo a fim de trazer para a empresa mais uma fonte de receitas financeiras, tendo sido plenamente atingido o nosso objetivo com a assinatura do Contrato de Adesão. Seguindo a meta de manutenção da empresa para aprimoramento do binômio eficiência-eficácia e

com o foco nos futuros novos negócios, foi iniciado o processo de modernização normativa e gerencial da empresa com a elaboração do Regulamento de Licitações e Contratos e com o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos pelo renomado Instituto Escola Protege Brasil, atividade relacionada à Ação Estratégica n.º 03 do Planejamento Estratégico da empresa. No setor Nuclear, outro importante marco foi a assinatura de três Memorando de Entendimentos com empresas estratégicas no setor em três diferentes países: Estados Unidos, Rússia e França. Neste momento, precisamos fortalecer as ações para desenvolver e preparar a empresa, tornando-a mais competitiva, para a concretização de novos negócios sempre atrelando os novos projetos à missão institucional da Nuclep. Buscar cada vez mais uma sólida cultura empresarial para a preservação da NUCLEP como empresa estatal estratégica e reafirmar o nosso compromisso com a indústria de bens de capital do País é o nosso desafio!

Jaime Wallwitz Cardoso
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PERFIL DA EMPRESA

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, localizada em Itaguaí/RJ, é uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de caldeiraria pesada, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. É uma sociedade de economia mista regida pela Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), pelo Decreto n.º 76.805/75 (Decreto de Criação), por seu Estatuto e outros dispositivos legais aplicáveis. Seu objeto social, conforme o Estatuto, é projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e *offshore* e a outros projetos. O Capital Social, subscrito e integralizado, é de R\$61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil reais), representado por 61.210.000 (sessenta e um milhões e duzentas e dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 99,9% das ações da empresa.

A companhia possui sua unidade industrial localizada em Itaguaí/RJ. A NUCLEP é detentora de tecnologias inerentes à construção de componentes pesados para os circuitos primário e secundário de centrais nucleoeleétricas. Entre seus principais produtos estão vasos de pressão de reatores, estruturas de núcleos de reatores, pressurizadores, acumuladores, geradores de vapor, condensadores, *racks* para armazenagem de elementos combustíveis, assim como módulos de processos, cascos resistentes de submarinos, plataformas semissubmersíveis, equipamentos e componentes pesados e estruturas metálicas pesadas relativas à construção naval, petroquímica, energia e outros. A empresa foi credenciada em 2013 como Empresa Estratégica de Defesa (EED), pelo Ministério da Defesa.

I – GESTÃO

NEGÓCIOS DA EMPRESA

Contexto Operacional

No Plano Plurianual - PPA, a NUCLEP é responsável por duas ações finalísticas, quais sejam a 4930 – Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia e a 2485 – Capacitação de Profissionais para as Indústrias Nuclear e Pesada, coordenadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. As referidas ações estão vinculadas ao planejamento estratégico do Governo Federal através do Programa de Governo *Brasil Pátria Educadora*.

Gabinete da Presidência

Em 2015 a NUCLEP, calcada no seu Plano de Reposicionamento Estratégico, priorizou as ações voltadas ao processo de revitalização das atividades empresariais da Companhia com o objetivo estratégico de superar o permanente desafio de ter que atuar em regime de concorrência, na qualidade de fábrica de equipamentos pesados que atua sob encomenda, não seriada, sem acesso à crédito e sem capital de giro, e ainda submetida às limitações da dependência do Tesouro Nacional e às amarras legais conhecidas da Administração Pública. Deste modo, com foco na competitividade empresarial, a NUCLEP explorou ainda mais o caráter *intuito personae* dos contratos firmados com seus clientes, tendo dado prioridade às ações que visaram:

- A gestão agressiva dos ativos da empresa;
- A busca de parcerias estratégicas para atrair novas tecnologias que permita a empresa ser capaz de credenciar-se para a competição nacional e internacional.
- A regularização do terminal portuário da empresa;
- A revisão do arcabouço jurídico e institucional da empresa, visando assegurar a sua atuação competitiva.

No bojo da Ação Estratégica n.º 03 do seu Plano de Reposicionamento Estratégico, que tem como uma das atividades a revisão do arcabouço jurídico, foi aprovado o Programa de Modernização Normativa e Gerencial da NUCLEP, tendo sido no exercício de 2015 concluída a primeira etapa do Programa, consistente no relatório de diagnóstico da empresa, que consolida o levantamento e análise preliminar acerca dos procedimentos que tratam das contratações afetas às atividades comerciais da NUCLEP, com vistas à criação de um regulamento de licitações e contratos, bem como o Manual de Gestão de Contratos e o Manual de Contratações afetas às atividades comerciais da empresa, incluindo modelos e formulários. A segunda etapa prevista para o início de 2016 será por meio da realização de oficinas para internalização dos procedimentos específicos à realidade da NUCLEP, de forma sistematizada, com a capacitação dos envolvidos na cadeia de suprimentos da empresa.

Em atenção à Ação Estratégica n.º 05 do seu Plano de Reposicionamento Estratégico, a NUCLEP finalizou em 2015 o processo de regularização do seu Terminal Portuário que tramita junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e à Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, estando prevista a assinatura do respectivo contrato de adesão para o início de 2016.

No próximo exercício, a principal meta será colocar em prática um realinhamento estratégico apoiado em três pilares: Eficiência Operacional, Sustentabilidade e Novo Modelo de Governança e Gestão, com a atualização do Estatuto da Companhia e elaboração do Plano de Negócios e Gestão 2016-2019, voltado a garantir a capacidade de investimento e a sustentação do negócio da empresa.

Desempenho dos Negócios

O crescimento da demanda de projetos para construção de parques eólicos surge como oportunidade para fornecimento de componentes metálicos para torres e peças usinadas, abrindo perspectiva de novos negócios com vistas ao fornecimento de flanges para torres metálicas e serviços de usinagem.

A queda no preço do barril de petróleo no período afetou os investimentos previstos na exploração de reservas do pré-sal resultando na redução de oportunidades no setor.

Mesmo assim, a NUCLEP venceu importante concorrência da Petrobras para fornecimento de um lote de estacas torpedo para ancoragem de plataformas, e está aguardando a adjudicação do contrato correspondente.

Em 2015, foi dada continuidade à execução de diversos projetos importantes, a saber:

- No segmento de petróleo e gás, a negociação com envio de dezesseis propostas comerciais para fornecimento de vasos separadores, trocadores de calor, estacas torpedo, vasos de pressão, entre outros.
- Na área nuclear, a fabricação do vaso de pressão do reator, incluindo acessórios, sobressalentes, dispositivos e ferramentas especiais, e de dois geradores de vapor para o sistema de propulsão nuclear naval que equipará o primeiro submarino nuclear brasileiro, para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP; a fabricação de oito acumuladores, de três condensadores, dos quais um já entregue, e de diversos embutidos de primeiro grau, para a usina nuclear de Angra 3, da ELETRONUCLEAR;
- Negociações para fornecimento do vaso com geometria segura, recertificação dos cilindros e serviços de manutenção da autoclave, para as Indústrias Nucleares do Brasil – INB;
- Na área de defesa, destaca-se a continuidade da fabricação dos cascos resistentes para quatro submarinos da classe Scorpène, de tecnologia francesa, para a Marinha do Brasil. É importante ressaltar a conclusão da fabricação em 2015 de todas as seções do casco resistente do primeiro desses submarinos; esta obra é de importância estratégica para o interesse nacional, resultado de acordo de cooperação entre os governos do Brasil e da França.

O faturamento da Nuclep no ano de 2015 foi de R\$ 31,9 milhões e nas propostas apresentadas, estimamos um potencial de vendas para 2016 no valor de R\$ 70 milhões.

II - GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de Governança Corporativa da NUCLEP estão focadas na transparência de gestão, no respeito no relacionamento com todas as partes interessadas no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, todos alinhados com seu Código de Ética.

O aprimoramento da Governança Corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos, que seguem o Estatuto Social, as Políticas e Normas de Organização, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais de sua estrutura organizacional. O órgão do Gabinete da Presidência envia permanentes esforços para o desenvolvimento das melhores práticas de governança corporativa no âmbito da NUCLEP.

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa tem como objetivo otimizar o desempenho da instituição, protegendo seu acionista majoritário, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, autarquia federal, bem como as partes interessadas, tais como empregados, clientes, credores, trabalhadores e a sociedade em geral. As práticas de governança corporativa aplicadas à NUCLEP devem oferecer, principalmente, transparência, equidade de tratamento dos interessados e prestação de contas.

A Governança Corporativa da NUCLEP é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, conforme descrição a seguir:

• Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir. As Assembleias Gerais são especialmente convocadas para deliberarem sobre: a alienação, no todo ou em parte, de ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura de seu capital; aumentar seu capital social por subscrição de novas ações; renunciar a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las; vender debêntures em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas; ou, ainda, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; promover a cisão, fusão ou incorporação das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União; permutar ações de outros valores mobiliários, de emissão das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União.

Em 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2014.

As Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram realizadas no exercício para deliberar sobre posse e exoneração de Dirigentes e eleição de membros dos Conselhos.

• Conselho de Administração

O Conselho de Administração do NUCLEP é composto por seis membros, todos de nacionalidade brasileira, residentes no país, sendo membros natos o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e o Presidente da NUCLEP. Dentre os demais membros, um é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, um é o representante dos empregados da empresa, e os demais são indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, sendo um pela Marinha do Brasil, o seu Diretor-Geral de Material da Marinha - DGMM.

O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN é o Presidente do Conselho de Administração. Os demais 4 (quatro) membros são eleitos em Assembleia Geral para um período de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, a cada trimestre do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, ou por solicitação de qualquer de seus membros ou da Diretoria.

O Conselho de Administração tem como atribuições, dentre outras, a de estabelecer a política e as diretrizes da Companhia, com exceção daquelas que cabem à Assembleia Geral, bem como a de supervisionar a operação da Companhia, a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos da mesma.

• Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da NUCLEP é composto por três membros efetivos e seus respectivos suplentes, todos de nacionalidade brasileira, acionistas ou não. Um conselheiro é indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral para um período de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir pareceres sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, exercendo as atribuições e poderes estabelecidos por lei. Nos termos do Estatuto Social da NUCLEP, o Conselho Fiscal possui um Regimento Interno, que contém normas sobre seu funcionamento.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu parecer no ano de 2015, após análise das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

O Conselho, tendo por base o parecer emitido pela auditoria externa INDEP - Auditores Independentes S/S, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da NUCLEP.

III - RECURSOS HUMANOS

Modelo de Gestão de Recursos Humanos

No início do ano de 2015 a Presidência da Companhia reformulou a estrutura da Gerência Geral de Recursos. A Gerência Geral de Recursos Humanos passou a ser designada como Gerência Geral de Recursos Humanos e Planejamento Estratégico, englobando as atividades de planejamento e acompanhamento da implantação das Ações Estratégicas da organização. A nova gerência geral passou a contar com dois eixos importantes: gestão de pessoas e administração de pessoal, sendo, assim, constituída de uma Gerência de Gestão de Pessoas, responsável por aprimorar e desenvolver políticas de Recursos Humanos, de uma Coordenação de Administração de Pessoal, que trata das atividades ligadas aos registros funcionais, controle de ponto e folha de pagamento; e uma Assessoria de Diagnóstico e Desenvolvimento de RH, responsável pela gestão da cultura, clima organizacional e qualidade de vida dos empregados. O setor tem como principal objetivo fortalecer a gestão de Recursos Humanos da Companhia, para que as pessoas sejam reconhecidas como o fator principal de toda a estrutura produtiva. Para tal serão desenvolvidos indicadores de atuação do RH quanto à atração, retenção e engajamento das pessoas.

Para estruturar melhor as atividades desenvolvidas por estas três gerências foram criados 06 (seis) núcleos de apoio, sendo os três primeiros núcleos ligados à Gerência de Gestão de Pessoas e os demais subordinados à Coordenação de Administração de Pessoal, a saber:

- Núcleo de Carreiras e Benefícios;
- Núcleo de Planejamento e desenvolvimento de Recursos Humanos;
- Núcleo de Serviço Social;
- Núcleo de Folha de Pagamentos;
- Núcleo de Registro e Contratos; e
- Núcleo de Controle de Frequência.

Planejamento Estratégico de Recursos Humanos

No mês de maio de 2015 foi realizado um seminário com a presença do Gerente Geral, Gerente de Gestão de Pessoas e os responsáveis pelos Núcleos. Neste seminário foi elaborado o Planejamento, no qual foram definidas a Missão e a Visão da Área de Recursos Humanos, conforme mostrado abaixo.

MISSÃO

Contribuir para os resultados da empresa, atraindo e desenvolvendo pessoas, buscando o comprometimento e a satisfação das suas necessidades em um ambiente motivador e produtivo, por meio do atendimento dos direitos e das obrigações legais, da definição de políticas de Gestão de Pessoas e do apoio e consultoria aos gestores na administração de pessoas e na aplicação das políticas de RH.

VISÃO

Ser reconhecida pelos empregados, gestores, dirigentes e demais colaboradores pela sua contribuição para os resultados organizacionais e, pelo ambiente externo, especialmente entre as empresas estatais e entidades representativas de classe, como referência por sua atuação estratégica na Gestão de Pessoas.

Foram estabelecidas também 15 Ações Estratégicas, alinhadas à Estratégia Corporativa, alguma das quais foram completadas em 2015, embora ainda não tenham sido completamente implementadas.

O projeto de Governança de Gestão de Pessoas foi finalizado e tem como objetivo definir as diretrizes estratégicas da área de Recursos Humanos da NUCLEP. O documento foi aprovado pela Gerência Geral de Recursos Humanos e serviu de base para a realização do Planejamento Estratégico do setor. Em cumprimento às ações resultantes deste trabalho, foram elaboradas as Políticas de Gestão de Desempenho, Política de Progressão Vertical e Política de Progressão Horizontal para os cargos efetivos da Organização, que deverão ser implementados no ano de 2016.

Foram estabelecidas as Diretrizes de Governança em Gestão de Pessoas. Foram utilizadas práticas específicas para tratar os seguintes temas: Provimento, Política Salarial, Encarreamento, Sucessão e Desligamento, Alinhamento Estratégico e Acompanhamento da Alta Administração.

Todas estas frentes tornaram a empresa mais atrativa para os profissionais do mercado que ainda não faziam parte do quadro da NUCLEP, ao proporcionar oportunidades de crescimento profissional e identificação com as estratégias da empresa, e facilitar a disseminação das metas organizacionais por gerências, equipes e indivíduos, dando transparência e adotando indicadores de gestão de pessoas para auxiliar, no processo decisório, a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e os demais órgãos de controle e fiscalização.

As pessoas serão acompanhadas desde sua entrada na NUCLEP até o seu desligamento, com foco voltado para seu desenvolvimento de sua trajetória na empresa.

Principais Ações no Exercício 2015

Cargos e Remuneração

Em 2015, diversas ações foram realizadas para a organização da estrutura de cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas da Empresa. As duas principais ações neste quesito foram:

- A conclusão do novo Plano de Carreiras e Salários (PCMS) da NUCLEP, realizado com o apoio de consultoria especializada, o acompanhamento e a avaliação da Comissão Paritária de Revisão do PCCR e os ajustes finais pelo RH;
- A elaboração do Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (PCG) da NUCLEP, por Grupo de Trabalho composto por representantes da Gerência Geral de Recursos Humanos, da Gerência Geral Jurídica e da Gerência Geral da Presidência/Chefia de Gabinete da NUCLEP.

O novo Plano de Carreiras e Salários (PCS):

A substituição do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) vigente pelo novo Plano de Carreiras e Salários (PCS) se configura como uma ação indispensável ao atendimento dos objetivos organizacionais, especialmente no que se refere à aplicação das correções/atualizações listadas no quadro a seguir:

QUADRO COMPARTATIVO PCCR X PCS	
Plano Vigente (PCCR)	Plano Proposto (PCS)
<p>Salários desatualizados: O PCCR está em vigência há doze anos, sem ter passado pelas revisões necessárias à adequação às mudanças salariais do mercado. Em adição, as tabelas salariais vêm sendo corrigidas de acordo com os índices aprovados pela Convenção Coletiva de Trabalho, muitas vezes, submetidas a tetos salariais, ocasionando o achatamento das tabelas.</p>	<p>Salários compatíveis com o mercado: A estrutura salarial do PCS foi estabelecida, internamente, com base nos resultados da avaliação de cargos para determinação da hierarquia atual. Muitos cargos passaram por mudanças em suas composições ao longo dos doze anos de vigência do PCCR e não haviam sido atualizados salarialmente. No âmbito externo, foi realizada pesquisa salarial com base na nova hierarquia interna de cargos da empresa, a fim de se definir as novas tabelas salariais, as quais foram estruturadas de acordo com as práticas de mercado.</p>
<p>Carreiras indefinidas: O PCCR atual não estabeleceu de forma concreta as carreiras profissionais contidas no plano. Esta indefinição tem proporcionado interpretações divergentes entre os empregados, o departamento jurídico, as gerências, as representações sindicais e o próprio RH, gestor do plano.</p>	<p>Carreiras pré-definidas: As carreiras no PCS foram previamente estruturadas e definidas, permitindo sua gestão com segurança e a criação de ferramentas e indicadores que possibilitem o encarecimento dos empregados.</p>
<p>Carreiras curtas ou com excessivo número de classes: Não há uma uniformização no horizonte das carreiras do PCCR. Algumas delas apresentam apenas uma classe, enquanto outras possuem uma perspectiva de crescimento de até sete classes.</p>	<p>Carreiras com classes padronizadas: No PCS foi adotada uma padronização em todas as carreiras efetivas da organização, as quais são compostas pelas seguintes classes: Júnior, Pleno, Sênior e Máster.</p>
<p>Carreiras por atividade: No PCCR as carreiras são definidas por atividade, o que implica adição de tarefas/responsabilidades na medida em que o empregado muda de classe (obtem progressão na carreira). Isto tem ocasionado dificuldade e insegurança dos gestores na delegação e/ou distribuição de atividades nas suas áreas, impactando negativamente no processo produtivo.</p>	<p>Carreira por maturidade e desempenho no cargo: Os cargos no PCS terão descrição única de atividades/responsabilidades, contemplando todas as classes, tendo como base para as progressões os critérios de maturidade, complexidade, desempenho e resultados.</p>
<p>Cargos muito resumidos: O PCCR é composto por cargos demasiadamente resumidos, ocasionando na existência de carreiras compostas por funções com pré-requisitos de escolaridade diferentes, obrigando o empregado a adquirir nova escolaridade para obter progressão. Tal fato tem gerado um ambiente de insegurança jurídica.</p>	<p>Cargos por pré-requisitos afins: Os cargos do PCS são amplos e compostos por atividades e responsabilidades que exigem o mesmo nível de escolaridade, resultando em uma carreira linear e pré-definida, a fim de proporcionar maior segurança jurídica.</p>
<p>Carência de políticas de gestão de carreira e remuneração: Após a aprovação do PCCR, as políticas de progressão e de avaliação de desempenho citadas no plano não foram estruturadas e regulamentadas, em alinhamento ao negócio.</p>	<p>Políticas pré-estabelecidas e implantadas junto com o plano: O PCS foi desenvolvido de forma a contemplar as políticas de progressão vertical e horizontal e de avaliação de desempenho, objetivando uma implantação completa.</p>
<p>Pré-requisitos para cargos e funções obsoletos ou inadequados: Como o PCCR está em vigência há doze anos, muitos cargos e funções sofreram modificações em sua composição ao longo do tempo, por questões externas do mercado, como desenvolvimento de novas tecnologias, surgimento e/ou extinção de determinadas profissões e mudança nas concepções de carreira, quanto internas, tais como modificações do negócio, da missão e da visão da empresa.</p>	<p>Pré-requisitos adequados e alinhados negócio: O PCS foi desenvolvido de forma a atender as mudanças internas e externas citadas e as diretrizes governamentais, através de uma estrutura de cargos moderna e sustentável, objetivando o engajamento das pessoas no cumprimento das ações estratégicas estabelecidas.</p>
<p>Inexistência de políticas de remuneração que incentivem o desenvolvimento e a capacitação: Não há no PCCR políticas que incentivem ou reconheçam financeiramente a aquisição de novas habilitações, capacitações ou competências ligadas ao negócio ou à área de atuação do profissional.</p>	<p>Adoção de políticas de remuneração calçadas em desempenho e criação de retribuição por titulação/habilitação: O PCS utiliza como critérios de progressão o mérito e os resultados individuais, além de criar a retribuição por titulação/habilitação que estejam ligadas ao negócio ou à área de atuação do profissional.</p>
<p>Regras do plano desconhecidas pelos empregados: Não houve, na aprovação e implantação do PCCR, ampla divulgação a toda a empresa das regras ali contidas.</p>	<p>Plano amplamente divulgado a todos os empregados: Foi estabelecido que o PCS terá ampla divulgação, por meio de cartilhas, palestras e reuniões em loco com os gestores e demais empregados.</p>

O Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (PCG):

Considerando o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) vigente, e em atendimento ao item 5 da Cartilha de Diretrizes e Orientações divulgada pelo DEST, em junho de 2010 o Conselho de Administração da NUCLEP aprovou a elaboração de um plano próprio de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (PCG), separado do Plano de Cargos Efetivos da empresa, que também se imbuí de resolver as questões apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO COMPARTATIVO PCCR X PCG	
Plano Vigente (PCCR)	Plano Proposto (PCG)
<p>Ausência de Regras: O PCCR vigente, não apresenta regras específicas para os cargos comissionados e funções gratificadas. A ausência de regras, além de dificultar a gestão do plano, tem proporcionado interpretações equivocadas por parte dos empregados.</p>	<p>Regras Estabelecidas: O PCG, tanto para os cargos comissionados, quanto para as funções gratificadas, apresenta procedimentos que regulamentam a nomeação; exoneração; incorporação e reajuste; avaliação de desempenho, desenvolvimento e sucessão.</p>
<p>Competências: O PCCR vigente não faz referência às competências essenciais para a ocupação dos cargos comissionados, o que dificulta estabelecer uma política de avaliação tanto para seleção, quanto para desempenho.</p>	<p>Competências Essenciais: O PCG estabelece um quadro de competências essenciais, que serão exigidas na nomeação para ocupação dos cargos comissionados e funções gratificadas.</p>
<p>Remuneração: O PCCR apresenta uma tabela salarial para os cargos comissionados, com salários definidos e sem percentual de comissão, o que causa dificuldade na gestão do plano e insegurança jurídica. Além disso, a desatualização da tabela tem forte impacto nas funções gerenciais e gratificadas.</p>	<p>Composto Remuneratório: O PCG apresenta um quadro com as rubricas: salário referência (Sr); percentual de comissão (cm); complemento (cp) e remuneração global (cg), que formam o composto remuneratório dos cargos comissionados e funções gratificadas.</p>
<p>Indefinição de responsabilidade: O PCCR não define a área de atuação e as responsabilidades dos ocupantes dos cargos comissionados. O que dificulta o cumprimento das ações estratégicas da NUCLEP.</p>	<p>Área de Atuação e responsabilidades: O PCG define a área de atuação, responsabilidade e descrição sumária das atividades, alinhadas com o planejamento estratégico da NUCLEP.</p>

Alinhamento ao Planejamento Estratégico da NUCLEP:

O desenvolvimento, tanto do PCS quanto do PCG, procurou, desde o início, alinhar-se às diretrizes do DEST, especialmente no que se refere à Portaria DEST/SE/MP 27, de 12/12/12, bem como ao Planejamento Estratégico da NUCLEP.

No tocante a este último, tomando como base o Planejamento Estratégico 2014 da NUCLEP, chegou-se à conclusão que o atual Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR – poderá comprometer o desempenho das atividades fabris da NUCLEP ou mesmo impedir o alcance de quatro objetivos estratégicos, a saber:

- Garantir o atendimento aos novos projetos a serem desenvolvidos pela NUCLEP (objetivo 12);
- Manter a mão de obra especializada (objetivo 13);
- Preservar o conhecimento tecnológico (objetivo 14);
- Gerenciar o clima organizacional da NUCLEP (objetivo 18).

Diante deste cenário, foi estabelecida uma ação estratégica para subsidiar o DEST com as informações necessárias para que se assegure a aprovação, visando substituir o PCCR atual.

De fato, o PCCR vigente, além de não contribuir para a atração, retenção e engajamento das pessoas às Diretrizes Organizacionais, por apresentar tabelas salariais desatualizadas, carreiras indefinidas e inexistência de políticas de incentivo ao crescimento e desenvolvimento profissional, tem gerado considerável exposição jurídica, o que compromete a imagem corporativa da NUCLEP, coloca em risco seu negócio e tem gerado passivos na justiça onerando ainda mais o Tesouro Nacional.

Diante deste cenário, o Plano de Carreiras e Salários – PCS – e o Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – PCG – foram desenvolvidos, objetivando atender à ação estratégica 11, conferindo competitividade e maior segurança jurídica à NUCLEP, por meio de salários compatíveis com o mercado, carreiras estruturadas por maturidade e desempenho, políticas de progressão profissional previamente definidas, incentivos à capacitação e desenvolvimento, acrescentando-se a definição de regras, competências essenciais, composto remuneratório e principais responsabilidades dos cargos comissionados e funções gratificadas em plano específico.

Previsão para a Implementação do PCS e do PCG:

Após a conclusão do Plano de Carreiras e Salários (PCS) e do Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (PCG), os mesmos foram aprovados pela Diretoria Executiva e apresentados ao Conselho de Administração da NUCLEP para apreciação. Para que sejam implantados, os planos citados devem ser submetidos à análise e aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ministério supervisor, e do Departamento de Coordenação e Gestão das Empresas Estatais Federais (DEST). O PCS já foi submetido ao MCTI no final de 2015.

Dispêndio com Pessoal

O quadro de pessoal lotado na NUCLEP em 31 de dezembro de 2015 era de 1066 (mil e sessenta e seis) pessoas, assim distribuídas: 95 (noventa e cinco) na Presidência da Companhia, 764 (setecentos e sessenta e quatro) na área industrial, 138 (cento e trinta e oito) na área administrativa e 69 (sessenta e nove) na área comercial; tendo sido utilizados neste exercício recursos na ordem de R\$ 253.000.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões de reais), para cobrir as despesas com a folha de pagamento, encargos sociais e previdência privada. A tabela abaixo apresenta a série histórica do dispêndio de recursos com pessoal:

Tabela 1 – Dispêndio de recursos com pessoal

Tipo	2015	2014	2013
FOLHA DE PAGAMENTO	179.082.234,36	140.210.815,06	130.394.327,21
ENCARGOS SOCIAIS	61.729.496,15	49.458.041,78	46.051.360,14
NUCLEOS	12.213.439,20	10.350.379,55	9.842.896,54

Núcleo de Registro e Contratos

É o responsável pelo Registro das ações de admissão, férias, progressões, transferências, desligamentos, aposentadoria, elogios, punições entre outras provenientes dos direitos e obrigações legalmente ou convencionalmente atribuídos aos empregados, prestadores de serviço, aprendizes e estagiários da NUCLEP.

No ano de 2015 a área de Registro e Movimentação transformou-se em Núcleo de Registro e Contratos, passando a assumir a área de Contratos.

A nossa missão é tornar o Núcleo de Registro e Contratos um setor de referência, visando a excelência no atendimento de todas as demandas de nossa responsabilidade atuando com agilidade e eficiência na busca da satisfação plena das necessidades internas e externas da empresa.

A área de Contratos é responsável pela contratação dos autônomos que prestam serviços para NUCLEP no que se refere ao ingresso, identificação, controle e a tudo que estiver relacionado aos prestadores. É também responsável pelo registro da liberação de acesso para entrada e saída dos terceirizados, bem como dos clientes que transitam nas dependências da NUCLEP.

A fusão do novo setor possibilitou a realocação de pessoal com melhor distribuição de tarefas melhorando o fluxo dos processos internos, além de conceder maior autonomia ao setor.

Foi realizado um trabalho de levantamento da situação dos profissionais que possuem registro junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, que concedeu à NUCLEP em 27 de novembro de 2015, o Certificado de Conformidade com o Exercício Profissional. O referido Certificado é um atestado de reconhecimento de regularidade emitido pelo CREA, para as empresas que cumprem os requisitos previstos na legislação que regula o exercício das profissões. A realização deste trabalho é fruto da melhoria no fluxo dos processos internos do setor.

Em 2015 o Núcleo aprimorou os procedimentos relacionados a admissões e férias, através da informatização, trazendo maior agilidade e diminuindo o retrabalho. A Programação Anual de Férias dos empregados da NUCLEP, que antes somente era registrada em papel, foi totalmente sistematizado. Foi efetuado um cadastro prévio dos candidatos a serem admitidos o que otimizou o processo admissional, pois foi possível garantir rapidez na preparação dos documentos e nos lançamentos nos sistemas. O Núcleo iniciou o mapeamento dos procedimentos internos do setor, o que permitiu realizar com maior observância as fases de cada processo.

Foi realizada a capacitação de funcionários através de cursos na IDEMP como o de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, para melhor atendimento aos prestadores de serviços em geral.

Uma das principais atividades realizadas pelo Núcleo de Registro e Contratos são as admissões e os desligamentos, portanto apresentamos o quadro a seguir contendo as admissões e os desligamentos dos empregados, diretores e aprendizes realizados no ano de 2015 comparativamente com os realizados no ano de 2014.

Tabela 2 – Admissões e Desligamentos

Descrição	2015			2014		
	Quantidade ao final do exercício	Admissões	Desligamentos	Quantidade ao final do exercício	Admissões	Desligamentos
Diretores	4	2	2	4	-	-
Empregados	1066	58	40	1048	91	27
Aprendizes	47	30	72	89	55	36
Total	1117	90	114	1141	146	63

Serviço Social

Para que a empresa possa cumprir os desafios propostos no mercado competitivo, a atuação estratégica da área de gestão de pessoas, especificamente do Serviço Social é essencial. O Serviço Social tem como missão ser reconhecido como setor de referência no acolhimento destas demandas com base no diagnóstico institucional da empresa e o contexto de trabalho dos empregados. O objetivo é a implementação e execução de serviços e programas, com foco na ampliação de direitos e melhoria da qualidade de vida. O potencial de investimento em ações direcionadas para qualidade de vida impulsiona o bem-estar corporativo com um viés de motivação que gera impactos positivos no processo de autoestima, relacionamento interpessoal, assiduidade, capacidade intelectual de produção e resultados na construção de um ambiente de trabalho saudável e seguro.

Em consonância com o Código de Ética Profissional, no ano de 2015, a equipe acompanhou 344 casos com indicações para áreas específicas, a organização deste trabalho perpassa ações sistemáticas de abordagem individual e 18 visitas hospitalares/residenciais para abordagem de diversos aspectos. O projeto de intervenção do Serviço Social engloba o planejamento, execução e avaliação de programas específicos de Promoção à Saúde, tais como:

• Programa Uma Dose de Vida

O Programa de Prevenção ao Uso e Abuso de Álcool e outras Drogas, atualmente, realiza o acompanhamento de 36 (trinta e seis) empregados e tem como objetivo principal reduzir as incidências de problemas ligados à dependência química no cotidiano da empresa, com foco no bem-estar dos empregados e seus familiares.

No decorrer do ano de 2015, a intervenção no campo da dependência química foi norteada por visitas hospitalares e residenciais, encaminhamentos ao INSS, articulação com especialistas, capacitações e interlocução com espaços de acolhimento. No primeiro semestre, o Programa Uma Dose de Vida foi tratado através da Campanha Carnaval Seguro em parceria com a Medicina do Trabalho que envolveu um trabalho socioeducativo, nos refeitórios da empresa com a participação ampliada de todos os empregados. Já no segundo semestre a abordagem foi integrada à 6ª Semana do Meio Ambiente, tendo a equipe de Serviço Social promovido em conjunto com a respectiva gerência um debate reflexivo do Filme **O voo**, com a presença de um especialista em dependência química. O evento contou com a participação de 108 empregados, 58% da área Industrial, 20% da Presidência, 14% da área administrativa e 8% da área comercial da empresa.

A metodologia aplicada no Programa Uma dose de Vida prevê para 2016, a organização de dois encontros semestrais, um grupo intersetorial de acompanhamento dos casos, visitas hospitalares e residenciais pré-agendadas e a elaboração de um perfil dos empregados identificados para encaminhamentos específicos.

• Programa Nascer Feliz

Com o intuito de proporcionar aos futuros pais da Nuclep a oportunidade de aprender sobre a gestação e o bem-estar do bebê, antes e depois do parto, o Serviço Social desenvolveu o Programa Nascer Feliz, que é conduzido por um profissional especializado, sendo o programa composto por dois encontros anuais, com turmas de até 10 (dez) casais. No ano de 2015, o Programa foi lançado com a sua 1ª turma em abril de 2015 contemplando a participação de 9 casais, o que representou 18 (dezoito) pessoas inscritas. No final do ano de 2015, a equipe de Serviço Social em parceria com a Comunicação impulsionou o processo de divulgação da 2ª turma que foi consolidada em janeiro de 2016, com a participação de 04 (quatro) casais. Na sua face inicial de implantação, torna-se uma ferramenta fundamental para diminuir os índices de afastamento ao trabalho por ausência de informações e integração dos empregados à empresa, já que as suas ações impulsionam no universo institucional tanto a motivação dos empregados como orientações em prol de um ambiente mais saudável e produtivo de trabalho.

• Programa Interno de Reabilitação Profissional (PIRP)

O Programa de Reabilitação Profissional tem como objetivo promover a reinserção dos empregados em função diversa daquela originalmente exercida pelo mesmo, em decorrência de incapacidade para o trabalho. No ano de 2015, a equipe multidisciplinar analisou, em conjunto com a Medicina do Trabalho, aproximadamente 50 (cinquenta) casos de restrição médica, avaliando o nexo causal entre a patologia e a atividade desenvolvida pelos empregados, o grau da incapacidade (parcial ou total), o sexo, a idade, dentre outras variáveis. Como resultado deste trabalho, o Programa já contempla 10% (dez por cento) dos empregados que vivem o período de estágio na empresa, previsto na Instrução de Serviço do Programa. Hoje, já há casos de integração e mudança definitiva de função, após avaliação positiva da gestão da área, as questões relacionadas à saúde são consideradas, porém não é um fator que limita, a ocupação do espaço de trabalho de forma produtiva, o programa apresenta avanços na adaptação.

Benefícios

A área de Benefícios, antes vinculado à área de Departamento Pessoal, passou a integrar o Núcleo de Planejamento de Carreiras e Benefícios, da Gerência de Gestão de Pessoas, refletindo uma perspectiva estratégica aplicada à área no processo de reestruturação do RH. Com o redimensionamento do efetivo e o processo de reinserção na nova estrutura, um novo fluxo e distribuição das atividades operacionais foram estabelecidos. Foram obtidas novas parcerias para convênios, bem como a promoção de eventos com a participação de todos os funcionários e aprimoramento dos processos internos. Além da melhoria no atendimento a todos os funcionários que se encontram em afastamento previdenciário.

Assim, podemos colocar em prática algumas metas estabelecidas para o ano, tais como:

- ✓ Otimizar procedimentos operacionais e o controle gerencial;
- ✓ Apresentar/Divulgar a Carteira de Benefícios;
- ✓ Ampliar em 30% a Carteira de Benefícios;
- ✓ Promover um ciclo de Palestras/Eventos;
- ✓ Inaugurar o “Quiosque de Divulgação dos Benefícios”, em local próximo ao refeitório.

Metas para 2016:

- ✓ Promover e aplicar uma Pesquisa de necessidades em benefícios;
- ✓ Elaborar e distribuir a Cartilha de Benefícios;
- ✓ Ampliar em 30% a rede de Empresas Conveniadas;
- ✓ Realizar a 2ª Feira de Benefícios;
- ✓ Mapear e aprimorar todos os processos do Setor;
- ✓ Buscar indicadores que auxiliem a Gestão a minimizar os casos de Afastamentos Previdenciários;
- ✓ Promover novas Palestras/Eventos do interesse de todos os funcionários;
- ✓ Melhorar a Gestão dos Contratos Administrativos inerentes ao Setor;
- ✓ Elaborar programas de qualidade de vida em parceria com outros Setores (Serviço Social, Medicina do Trabalho, etc.).

Controle de Frequência

Em 2015, mantivemos um relacionamento mais estreito com as gerências, em especial com a área Industrial, no que diz respeito ao fornecimento de relatórios e informações acerca da frequência e das ocorrências de ausências dos empregados. Tal ação propiciou aos gestores um melhor acompanhamento de seus subordinados, fornecendo subsídios que possibilitaram maior rapidez na tomada de decisões.

Em 2016, continuaremos trabalhando em estreita relação com as gerências, bem como com o Serviço Social, a fim de identificar as causas de absenteísmo e propor soluções conjuntas para reduzir o atual índice.

Indicador de absenteísmo - A empresa manteve o método de medição utilizado no ano passado, no qual são incluídos os afastamentos médicos até o 15º dia, por constituírem custo para a empresa, e excluídas as horas usadas do acordo coletivo, por constituírem direito do empregado.

O índice atual é de 6,11%, abaixo da meta de 6,5% e melhor que o atingido no ano passado, de 6,63%. Houve uma sensível redução nos índices mensais de atrasos (910 horas em 2015 contra 1.206 horas em 2014) e faltas (1.682 horas contra 3.449 horas), porém ocorreu um aumento considerável no índice de afastamentos médicos (7.859 horas contra 6.726 horas).

a) Fórmula de Cálculo = (Horas não trabalhadas/Horas efetivamente trabalhadas) x 100 = (10.451/171.168) x 100 = 6,10

Meta: manter o índice de absenteísmo anual de 2015 abaixo do limite de 6,5%.

Este índice está inserido nos padrões definidos pelas metas de gestão.

Número de horas não trabalhadas: 10.451 horas (Somatório das faltas e atrasos descontados/mês e dos afastamentos até o 15º dia/mês = 1.682 horas + 910 horas + 7.859 horas).

Horas efetivamente trabalhadas: 171.168 horas (Multiplica-se 8 horas/dia x Média do nº de empregados/mês x Média do nº de dias efetivamente trabalhados/mês = 8 x 1101,75 x 19,42).

b) Método de medição: medição mensal, evidenciada por meio do registro de faltas, atrasos e afastamentos ocorridos até o 15º dia.

c) Avaliação do resultado: o índice ficou abaixo da meta, apesar do aumento no número de afastamentos médicos.

d) Responsável pelo cálculo/medição: Gerência Geral de Recursos Humanos e Planejamento Estratégico – PH.

Treinamento & Desenvolvimento

O Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento é uma unidade organizacional ligada à Gerência Geral de Recursos Humanos, compreendendo três processos: Treinamento & Desenvolvimento, Gestão de Desempenho e Ambientação.

Orientada e alinhada com a Missão, Visão, Compromissos e Valores estabelecidos no Planejamento Estratégico da empresa, o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento deu continuidade, em 2015, às linhas de ação que têm foco em preservar, cultivar e desenvolver um ambiente interno harmônico, saudável, produtivo e ético, contribuindo para ampliar a capacidade da área de Gestão de Pessoas em atender às demandas internas e externas na criação de propostas e projetos que visem aprimorar as estratégias de atenção ao empregado NUCLEP no aprimoramento de sua força de trabalho, desenvolvimento de suas competências e atenção às suas necessidades.

Dessa forma, as atividades realizadas seguiram a filosofia de valorizar e reconhecer a força de trabalho, inspirar um relacionamento entre as equipes e setores da empresa de maior confiança e cooperação, além de respeitar a diversidade e incentivar a multiplicação do conhecimento.

Tabela 3 - Treinamento & Desenvolvimento

ANO	Treinamentos Previstos	Treinamentos Realizados	% de realização
2012	R\$ 921.392,50	R\$ 509.173,67	55%
2013	R\$ 513.900,00	R\$ 310.042,22	60%
2014	R\$ 580.171,30	R\$ 339.028,96	58%
2015	R\$ 986.075,05	R\$ 358.215,33	36 %

Não foi possível atingir a meta estabelecida de realizar, pelo menos, 80% dos programas previstos, devido ao cancelamento de alguns treinamentos internos e externos programados, por contingências orçamentárias.

Dos treinamentos internos previstos, foi implementada a turma de Gestão de Processos e Mudança, com um total de 30 (trinta) participantes.

O total geral de treinados foi de 96 (noventa e seis) profissionais em 50 (cinquenta) programas ministrados, internos e externos.

Avaliação de Desempenho

Em 2015 foi elaborada uma nova Política de Gestão de Desempenho como uma ferramenta Estratégica para facilitar o direcionamento e engajamento das pessoas da organização em sua causa. Através da identificação do grau de competências das pessoas, e o quanto elas aplicam destas competências no seu dia a dia para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais. Além de mensurar o desempenho dos indivíduos e equipes, possibilitando não só correção de direções e/ou desenvolvimento e capacitação das pessoas, mas principalmente na identificação dos talentos. Nesta política os empregados serão avaliados sob duas dimensões:

Competências estabelecidas por cargo/função e avaliadas por grau de aquisição e aplicação, definem-se como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que os empregados devem adquirir e aplicar, a fim de que possam contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais.

Desempenho, observado como o modo que o empregado se comporta tendo em conta sua eficiência, seu rendimento, demonstrando seu conhecimento em situações concretas.

Os resultados do processo avaliativo da Gestão de Desempenho subsidiarão os seguintes processos:

- Capacitações – A partir da identificação das discrepâncias entre as competências exigidas para cada cargo e seu ocupante, é preparado um Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, com as ações necessárias para sua superação, seja através de treinamentos pontuais, para aquisição de novas competências ou, ainda, projetos voltados para o desenvolvimento do potencial do colaborador.
- Movimentações de Pessoal – Quando identificado o perfil profissional compatível com atuação em outra área, desde que sejam respeitados os requisitos de cargo e função do concurso público no qual o empregado foi aprovado e que não haja alteração de categoria salarial por este motivo.
- Evolução na Carreira – A Gestão do Desempenho compõe os critérios para promoção nas Políticas de Progressão Horizontal e Vertical da NUCLEP, sendo seus resultados considerados no processo de promoção conjuntamente com outros parâmetros descritos nas políticas de promoção e progressão, bem como no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) vigente.
- Outros Sistemas de Gestão de Pessoas.

Tabela 4 - Resultados da Avaliação de Desempenho

CICLO	AVALIADOS		PERCENTUAL	RESSALVAS	SEM PDI
	PREVISTOS	REALIZADOS			
2009	617	518	84%	45	277
2010	612	563	92%	26	248
2011	760	704	93%	11	69
2012	887	497	56%	23	108
2013	957	688	72%	21	102
2014	1041	367	35%	02	0
2015	*	*	*	*	*

* Aguardando aprovação da Política de Gestão de Desempenho

Ambientação

Esse programa visa ambientar o empregado concursado recém-admitido à NUCLEP, bem como os profissionais vinculados a clientes que têm obras no parque industrial da NUCLEP e empresas terceirizadas que prestadoras de serviços, com o objetivo de transmitir aos mesmos os conhecimentos básicos da história da NUCLEP, suas áreas de atuação, políticas e procedimentos de segurança no trabalho, combate a incêndio, meio ambiente, código de ética e qualidades.

Tabela 5 - Ambientações Realizadas

Ano	Nº de ambientações	Nº de inscritos	Total de treinados	% participação
2012	106	5219	4108	78,7%
2013	83	3477	2465	70,9%
2014	73	2616	1892	72,3%
2015	43	807	695	86,1%

Plano Suplementar de Saúde (PSS)

Em 2015 o PSS assistiu 3.190 (três mil cento e noventa) vidas, dentre 1.065 (mil e sessenta e cinco) titulares e 2.125 (dois mil, cento e vinte e cinco) dependentes. Neste período, as despesas do PSS, incluindo as administrativas, foram de R\$ 10.974.864,30 (dez milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

Tabela 6 - Quantidade de Atendimento/Exames/Procedimentos em 2015

TIPO GUIA	Total de Procedimentos
Consulta	7.031
Honorário Individual	266
Órteses, Prótese e Materiais - OPME	50
Resumo Internação	19.264
Serviço Profissional/Serviço Auxiliar Diagnóstico Terapia-SADT	47.548
Solicitação de Internação	58
Tratamento Odontológico - Cobrança	12.893

Tabela 7 - Média de atendimentos/Exames/Procedimentos em 2015

UTILIZAÇÃO PER CAPTA	
Média de consultas	2,46
Média de exames	16,83
Média de internações	0,11

Responsabilidade Social

A NUCLEP, desde 1979, mantém nas dependências da Empresa um "Centro de Treinamento Técnico" destinado à educação e à qualificação profissional de jovens que almejam e necessitam ter acesso ao primeiro emprego tecnológico.

Consciente das suas responsabilidades social e institucional, a Empresa planeja, ministra e gerencia Cursos de Qualificação Profissional, em regime de horário integral, que se insere de forma aguda no esforço governamental de promover a inclusão de jovens egressos das redes pública e particular de ensino no mercado de trabalho.

Mediante ações didático-pedagógicas articuladas com área metal-mecânica, a NUCLEP prepara para o mercado mão de obra qualificada e especializada, dentro dos padrões exigidos pela Empresa, em atendimento às suas necessidades produtivas e o Mercado de Trabalho em Geral.

Além de dotar o país de reserva técnica de qualidade, atendendo ao cumprimento dos compromissos referentes às estratégias de demandas específicas para as indústrias nuclear e pesada brasileiras, a inserção de jovens profissionais no mundo do trabalho tem sido determinante para o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável do Município de Itaguaí e regiões adjacentes. A composição curricular dos Cursos de Qualificação Profissional privilegia a formação integral do indivíduo no campo das ciências técnicas e humanas e dos valores éticos e morais.

Na área de parcerias, objetivando estabelecer cooperação técnica por meio do desenvolvimento de projetos de interesse comum, em consonância com as metas programadas no âmbito da ação integrante do PPA, e que contemplem em seu conteúdo atividades voltadas à qualificação profissional, merecem destaque, em 2015, a preservação dos seguintes convênios:

- Cooperação Técnica e Financeira com a Associação Brasileira de Manutenção ABRAMAN, para a Qualificação e Certificação de Caldeireiro de Manutenção Nível I;
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e a Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, para implementar no Centro de Treinamento Técnico da NUCLEP um Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, em horário noturno;
- Cooperação Técnica e Financeira, firmado com o SENAI-DR/RJ para o Programa de Desenvolvimento Social;
- Prefeitura Municipal de Itaguaí-RJ, para manter e expandir o atendimento aos aprendizes do Curso de Qualificação Profissional;
- Participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), no estande do MCTI em Brasília, com projetos desenvolvidos pelos aprendizes.

O reconhecimento externo para com o trabalho de responsabilidade social da Empresa manifestou-se por meios das seguintes conquistas:

- O acordo celebrado com o Ministério da Educação – MEC, em 2005, que permitiu a inclusão do desenho pedagógico do Curso de Formação Profissional ministrado pela Empresa no Programa Federal de Escola de Fábrica, onde a Empresa tornou-se parte integrante da Rede Nacional de Escolas de Fábrica, formando jovens nos diferentes segmentos do mundo do trabalho.
- A obtenção do Selo de Responsabilidade Social 2014 do CREA/RJ, para o Projeto Primeiro Emprego Tecnológico desenvolvido pelo Centro de Treinamento Técnico da NUCLEP, por meio do Curso de Formação Profissional.

IV - GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Durante o ano de 2015, a Gerência Geral de Relações Institucionais e Comunicação deu continuidade às ações de aproximação com os setores governamentais, através da participação de Fóruns de discussão especializados, visitas à Câmara e ao Senado, participação de grupos e reuniões de interesse da NUCLEP.

Através da atuação no Fórum de Assessorias Parlamentares CTIE, estreitamos os laços com as demais instituições vinculadas ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, nos quais tivemos a oportunidade de participar de vários projetos que tiveram início no ano anterior e que se encerraram neste ano, tais como a Emenda Constitucional 85/2015 – para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação; e o PL 2177/2011, que institui o Código Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação. Em função destes temas, ainda tivemos participação em reuniões da Frente Parlamentar da Ciência e Tecnologia e Inovação. No mês de março, a NUCLEP atuou como Coordenadora do Fórum CTIE em Brasília, no qual teve a oportunidade de realizar uma ampla apresentação de seu trabalho para todos os membros.

Desse modo, a Gerência Geral atuou tanto em atividades de articulação e difusão externa da NUCLEP, bem como no trabalho de receber visitantes de outras instituições e autoridades das diversas esferas do governo.

Comunicação Corporativa

Em 2015, a Gerência de Comunicação Corporativa continuou na sua tarefa de dar visibilidade à empresa, mostrando na grande mídia as obras entregues e as ações desenvolvidas pela NUCLEP, reforçando também a comunicação interna. Com o desenvolvimento da nova gestão do setor, além de coordenar a reestruturação da CCP a partir de setembro deste ano, a linha de atuação da Gerência de Comunicação esteve focada no *Marketing* interno com o objetivo de mostrar a importância do funcionário para a NUCLEP e como ela se preocupa com seu bem-estar. Foram realizadas campanhas internas sobre o Outubro Rosa e Novembro azul com o objetivo de conscientizar o empregado das questões abordadas.

Dentro da nova proposta da nova gestão, as metas em 2015 foram: a realização do cronograma anual das campanhas internas integrado a todos os setores da empresa, *Clipping* diário, troca e manutenção dos quadros de avisos e modernização do *layout* dos mesmos, coordenação de eventos e visitas e produção de material gráfico para atender as demandas da Comunicação Interna.

A CCP organizou a participação da NUCLEP da Feira da OTC no Rio Centro com o objetivo de busca de novos negócios e também coordenou a presença da empresa na SNCT na Feira de Ciências do Planetário de Santa Cruz.

A partir de setembro, começaram os trabalhos de reestruturação e modernização da *Home Page* e da *Intranet* da NUCLEP com o objetivo de deixar a navegação mais funcional e *clean* para o usuário.

V - GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL

Visando a manutenção das certificações já obtidas pela empresa, e em atendimento às suas políticas de QSMS, em 2015 foram executadas as ações destacadas a seguir objetivando a melhoria de seus Sistemas de Gestão da Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, assim como o contínuo cumprimento dos requisitos regulamentares e legais.

Sistemas de Gestão da Qualidade

- Certificado do sistema de gestão da empresa de acordo com a norma ABNT NBR ISO 9001:2008. O certificado expira em 14/10/2017;
- Certificados de Autorização NPT, NS e NA para fornecimento de itens nucleares em conformidade com a Seção III do Código ASME para Caldeira e Vasos de Pressão. A auditoria foi executada pela ASME em julho de 2015 e os certificados renovados até 24/06/2018;
- Certificados de Autorização U e U2 para fabricação e montagem de vasos de pressão, em conformidade com a Seção VIII do Código ASME para Caldeira e Vasos de Pressão, e Certificados de Autorização R para reparos e alterações de vasos de pressão, em conformidade com o *National Board Inspection Code*. Os certificados expiram em 13/09/2016;
- Certificado da qualificação da empresa para fornecimento de componentes mecânicos e estruturas metálicas para a Usina Nuclear de Angra 3, em conformidade com as exigências da Eletronuclear, respeitadas as disposições da norma CNEN-NN-1.16. O certificado expira em 10/12/2015;
- Certificado da qualificação da empresa para fornecimento de equipamentos de acordo com os critérios estabelecidos pela INB, respeitadas as disposições da norma CNEN-NN-1.16. O certificado expira em 02/01/2016;
- Certificado da qualificação da empresa para fornecimento de equipamentos de acordo com os critérios estabelecidos pelo CTMSP, respeitadas as disposições da norma CNEN-NN-1.16. O certificado expira em 09/01/2016;
- Auditorias internas, conforme planejamento anual, visando verificar o cumprimento do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manutenção, melhoria e suporte aos processos associados aos Sistemas de Gestão da Qualidade, à luz das normas ISO 9001:2008 e CNEN-NN-1.16;
- Manutenção e melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade aplicado à construção dos Cascos dos Submarinos S-BR para a Marinha do Brasil;
- Emissão/atualização de diversos procedimentos técnicos e de sistema da qualidade.

Sistema de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS.

- Participação semanal no Fórum Permanente de Inspeção com o Presidente;
- Verificação de diversos procedimentos operacionais relacionados à segurança e saúde dos trabalhadores;
- Realização de Exames Ocupacionais (Admissionais, Periódicos e Demissionais) dos funcionários;
- Realização de Campanhas de Sensibilização e Orientação aos trabalhadores (Uso de EPIs, Prevenção ao Câncer de Próstata, Combate ao Fumo, entre outros);
- Realização da SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes;
- Realização de Simulados de Emergência, com foco no abandono de área.

VI - GESTÃO DA ÉTICA

O reconhecimento e respeito que a gestão da NUCLEP conquistou junto à sociedade brasileira se devem, entre outros, à tradição de comportamento ético predominante nas atividades exercidas.

A ética na instituição é compromisso permanente, destacando-se o trabalho em gestão da ética. A ética deve ser vista como instrumento de gestão.

A valorização da ética como instrumento de gestão pública insere-se, por inteiro, no esforço de revitalização e modernização da Administração Pública. Com efeito, esta é a dimensão que falta para torná-la não só eficiente quanto aos resultados, mas também democrática no que se refere ao modo pelo qual esses resultados são alcançados.

Ainda na década de 1990, a NUCLEP instituiu sua Comissão de Ética, formalizando seu compromisso com a gestão da ética adotando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A Comissão de Ética possui uma Secretaria-Executiva, com sala própria, onde são realizadas as reuniões da Comissão e onde são atendidos colaboradores que queiram fazer consulta ou encaminhar denúncia.

Em 2009, com o fim de consolidar o Sistema de Gestão da Ética na NUCLEP, além de ter sido criada a sobredita Secretaria-Executiva da Comissão de Ética, foi elaborado um Regimento Interno da Comissão de Ética e um Código de Ética Profissional próprio, cuja minuta foi divulgada para sugestões, tendo contato com a contribuição dos trabalhadores que quiseram participar. Esse regulamento orientou o trabalho cuidadoso desenvolvido pela Comissão de Ética Profissional da NUCLEP, através da promoção de ações relacionadas a processos educativos, à compatibilização de normas e efetivação de procedimentos de incentivo e incremento dos princípios éticos, e à apuração e aplicação das penas cabíveis nos casos de desvios éticos.

A Comissão de Ética da NUCLEP tem por objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado, terceirizados e colaboradores, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura. O objetivo da Comissão é, antes de tudo, preventivo e educativo.

O papel da Comissão de Ética da NUCLEP tem sido de extrema importância para o aprimoramento da instituição, alicerçando os conceitos, preceitos e princípios da ética no campo gerencial e administrativo.

A Comissão de Ética da NUCLEP se reporta internamente ao Presidente da NUCLEP e atua externamente, por meio da Rede de Ética do Poder Executivo Federal, no âmbito da Administração Pública Federal, como elo entre Empresa e a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

A Comissão de Ética da NUCLEP participa efetivamente do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, com reuniões mensais, que agrega a maioria das empresas estatais federais, tratando e discutindo especificamente sobre o tema da ética. Também participou do XIV Seminário Internacional de Ética na Gestão, promovido pela Comissão de Ética Pública – CEP, com o tema “Ética, Democracia e Justiça e Mobilização Social”, bem como do IX Seminário de Gestão da Ética nas Empresas Estatais.

Em maio de 2014, a Comissão de Ética da NUCLEP sediou a reunião mensal do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Houve presença maciça de representantes da Comissão de Ética em ambos os seminários e nas reuniões mensais do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, no Seminário Internacional de Ética, promovido anualmente pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, assim como nos cursos de gestão e apuração da ética, também promovidos pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

A Comissão de Ética da NUCLEP possui uma página na Intranet da Empresa, além de Quadro de Avisos próprio, onde divulga suas realizações. A Comissão de Ética se reúne, pelo menos, uma vez ao mês, através de reuniões ordinárias, realizando reuniões extraordinárias sempre que necessário. Durante o ano de 2015, foram realizadas 12 reuniões ordinárias e 08 reuniões extraordinárias. A Comissão de Ética também atuou auxiliando na elaboração de normativos internos da empresa, como instância consultiva e deflagradora desses processos. Foram realizadas visitas a empresas parceiras, também integrantes do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, no intuito de compartilhar experiências e boas práticas de gestão da ética.

VII – MEIO AMBIENTE

A Gestão ambiental na NUCLEP, que faz parte da Gerência Geral de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, tem como base as seguintes diretrizes: Atuar para a adequação e cumprimento dos Requisitos Legais aplicáveis; Realizar o Controle de Aspectos e Impactos Ambientais (Gerenciamento de Resíduos; Gerenciamento de água e efluentes; Gerenciamento de emissões atmosféricas e ruído; Gerenciamento de áreas degradadas e de riscos ambientais; Gerenciamento de Emergências Ambientais da NUCLEP e Terminal; Realização de ações para o manejo e proteção da Fauna e da Flora (ecossistema NCP)); Promover a Educação Ambiental Continuada (Projetos internos e externos); Implementar, manter e aprimorar o Sistema de Gestão Ambiental com critérios de Sustentabilidade.

A melhoria contínua do Sistema de gestão ambiental tem como objetivo a redução de custos com passivos ambientais e desperdícios. Como desdobramento de suas diretrizes, a NUCLEP investiu em 2015:

- R\$ 337.700,67 com Gerenciamento dos resíduos gerados no parque fabril (não foi incluído o contrato de limpeza);
- R\$ 33.681,00 com manejo de águas e efluentes;
- R\$ 1.652.455,87 com manejo de fauna e flora (incluído o contrato: área verde);
- R\$ 325.880,18 em gerenciamento de áreas degradadas e risco;
- R\$ 127.669,74 em Gerenciamento de Emergência;
- R\$ 23.376,80 em Substituição por equipamentos mais eficientes em termos de economia de energia e água; e
- R\$ 19.581,74 com Campanhas de educação ambiental;
- R\$ 7.021,00 com aquisição de papel Reciclado.

A empresa elabora anualmente o Plano de Logística Sustentável e em atendimento ao Decreto n.º 5940/2006, a NUCLEP destinou no ano de 2015 às cooperativas dos catadores de materiais recicláveis um volume de 185,89 toneladas de resíduos recicláveis (sucata metálica e não metálica, limalha, papel e papelão, plástico, filme radiográfico, sucata eletrônica), o que além de diminuir os danos ambientais, contribui socialmente para inclusão e sobrevivência dos trabalhadores de baixa renda.

A NUCLEP, além de fazer parte como membro titular do Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu, também passou a fazer parte do Comitê de Área da Baía de Sepetiba – CABS, com o intuito de elaboração do Plano Integrado de Área em atendimento ao Plano de Contingência Nacional e da Rede de Sustentabilidade das empresas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

VIII - TERMINAL PORTUÁRIO

Da autorização detida pela NUCLEP

A NUCLEP possui um terminal portuário de uso privativo para escoamento dos produtos de sua fabricação. O terminal está localizado no Saco da Coroa Grande, na Baía de Sepetiba, Município de Itaguaí-RJ. Após a rescisão do Contrato de Arrendamento celebrado em 1997, através de sentença arbitral de 2009, a Empresa deu início ao processo de renovação da outorga de operação de seu terminal junto à ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A renovação foi necessária em função de inúmeras alterações ocorridas na legislação, que transferiu à ANTAQ a competência para a concessão de autorizações portuárias.

Foram distribuídos dois procedimentos em paralelo, o de regularização do Terminal junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU e o de elaboração do Plano de Emergência Individual – PEI junto ao INEA – Instituto Estadual do Ambiente, tendo a NUCLEP, em 2015, obtido junto à SPU certidão declaratória para disponibilidade de cessão de uso, e consequentemente, junto ao INEA, a Licença de Operação do Terminal Portuário da Empresa.

Em 2015, a NUCLEP obteve autorização especial da ANTAQ para utilização do terminal, conforme as Resoluções n.º 3.977-ANTAQ, de 16 de março de 2015, e n.º 4.326-ANTAQ, de 10 de setembro de 2015, tendo sido concluído o processo de regularização em trâmite na ANTAQ e na Secretaria de Portos.

O contrato de adesão, que tem por objeto a autorização definitiva de instalação portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado, a ser celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, com a intervenção da ANTAQ, e a NUCLEP encontra-se aprovado e pronto para assinatura pelas entidades competentes, estando o ato previsto para o início de 2016.

O processo de renovação da autorização do Terminal Portuário permitiu a regularização plena do Terminal desde a sua construção, que se deu nos anos 80.

Um dos requisitos para a renovação da outorga da NUCLEP foi a obtenção da licença ambiental, condicionada, devido às alterações na legislação que regula a matéria, à juntada da Certidão de Aforamento e do Plano de Emergência Individual - PEI do terminal.

IX - TERRENO DA FÁBRICA DA NUCLEP EM ITAGUAI

Histórico

A gleba de cerca de 1.603.937,00 m² onde está localizada a Fábrica da NUCLEP, no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, que foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Empresas Nucleares Brasileiras S/A – NUCLEBRÁS, é composta de 2.058 (dois mil e cinquenta e oito) lotes do 4º Loteamento Brisamar (Fazenda Arapucaia Guassú), pertencentes a diversos proprietários.

Em 1988, em decorrência do Decreto-lei n.º 2.464, de 31 de agosto, a INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A sucedeu a Nuclebrás, em todos os direitos e obrigações.

De acordo com o Decreto n.º 76.824, de 17/12/75, com a redação do Decreto n.º 78.156, de 02/08/76, a construção no local de uma fábrica de componentes pesados de reatores, com o fim de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos se dava por meio da criação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP como uma das subsidiárias da Nuclebrás, conforme Decreto n.º 76.805, de 16/12/75.

Em 1989, as ações do capital social da NUCLEP que eram detidas pela INB, foram transferidas para a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, por força da Lei n.º7.915, de 07/12/89.

Ante a perda do vínculo jurídico entre NUCLEP e INB, não mais fazia sentido o terreno desapropriado para instalação da fábrica da NUCLEP ser registrado em nome da antiga NUCLEBRÁS (sucedióda pela INB). Todavia, diante da omissão na citada lei n.º 7.915/89, em gestão à transferência do bem, instalou-se um conflito entre as partes.

Das ações da gestão visando à regularização da situação do Terreno

No início da década de 1990, quando se começou a discutir o assunto, surgiram três alternativas para a solução do problema, a saber:

1. Terminar todas as ações de desapropriação, extraindo-se as cartas de sentença onde essa providência ainda não tivesse sido tomada e levando as mesmas para registro em nome de Empresas Nucleares Brasileiras S/A – NUCLEBRÁS, e providenciando em seguida a averbação da sucessão da titularidade para a INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A, conforme Decreto-lei n.º 2.464/88, ocasião em que se providenciaria junto à municipalidade o remembramento do terreno, para, finalmente, proceder à transferência do terreno para a NUCLEP;
2. Assinar uma escritura de compra e venda e cessão de direitos da qual constariam cada um dos lotes, na qual a INB figuraria como vendedora/cedente e a NUCLEP como compradora/cessionária, sendo necessários tantos atos notariais quanto fossem os lotes;
3. Fazer uma operação triangular, com a participação da CNEN, em que esta, como acionista majoritária de ambas as empresas – NUCLEP e INB –, transferiria as ações que detém do capital da INB para a NUCLEP, diminuindo-se o capital daquela e aumentando-se o desta, no valor equivalente ao valor do terreno que seria obtido através de avaliação a ser procedida através de peritos avaliadores indicados pelas duas empresas. A NUCLEP propunha, além disso, que essa transferência fosse respaldada por um decreto presidencial que faria referência ao decreto expropriatório.

Desde 2002, em auditoria de acompanhamento realizada na NUCLEP, a Secretaria Federal de Controle se pronunciou no sentido de que se cumprisse o disposto na Decisão nº 805/2000 do Tribunal de Contas da União – TCU, que continha, dentre outras, a recomendação para que a CNEN e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI (ao qual são vinculadas além da CNEN, a INB e a NUCLEP) adotassem “*medidas administrativas e legais cabíveis, com a maior brevidade possível, visando solucionar a questão da titularidade do terreno onde está instalada a fábrica da NUCLEP*”.

Ao longo dos anos, após inúmeros encontros e debates sobre a questão, a NUCLEP e a INB consensuaram propor a alteração do próprio decreto expropriatório (Decreto n.º 76.824, de 17/12/75, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 78.156, de 02/08/76), para que, ao invés de constar a Empresas Nucleares Brasileiras S/A – NUCLEBRÁS como favorecida pela desapropriação da área de terra sita no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, passasse a constar a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, considerando a criação da empresa anteceder a data de edição do próprio decreto expropriatório e a finalidade expressa da desapropriação da área para a instalação da fábrica da NUCLEP.

Após algumas tratativas prévias com a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, para verificação da exequibilidade da solução encontrada pela NUCLEP, o Exmo. Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação encaminhou Aviso ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que fosse elaborada uma Exposição de Motivos conjunta para encaminhamento à Casa Civil da minuta de decreto.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o assunto foi submetido, primeiramente, ao crivo do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que rejeitou a proposta, defendendo que a sua implementação só seria possível caso houvesse indenização à INB e encaminhou o assunto à manifestação da Consultoria Jurídica daquele Ministério, que emitiu o Parecer/MP/CONJUR/FNF/1422-1.9/2008.

O parecer supra, tendo sustentado a inviabilidade jurídica do projeto de decreto, diante da formação de controvérsia de interpretação com a Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sugeriu o encaminhamento da questão ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos – DECOR da Consultoria-Geral da União, nos termos do art. 22 do Ato Regimental AGU/PR nº 5, de 27 de setembro de 2007.

Atualmente a questão está em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Consultoria-Geral da União criado pelo Ato Regimental nº 05, de 27/09/2007, que tem sua forma de atuação regulamentada pela Portaria AGU nº 1281, de 27 de setembro de 2007, cujo objetivo principal é a composição de litígios entre órgãos e entidades da Administração Federal.

Em 2010, foi realizada a primeira audiência de conciliação entre as partes envolvidas no conflito sobre a titularidade do terreno da fábrica da NUCLEP.

Nessa primeira audiência ficou evidenciado que o consenso inicialmente obtido entre INB, CONJUR/MCT e NUCLEP em relação à proposta que previa a ripristinação do decreto de criação da NUCLEP para nele inserir uma cláusula que destinasse o terreno para a mesma, ou então, inserisse no decreto de criação da INB uma cláusula destinando o terreno à NUCLEP, caiu por terra, visto que a INB mudou de posição, voltando toda a discussão a respeito de uma solução para o caso ao *status quo ante*.

Em setembro de 2010 houve nova rodada de negociações, sem que houvesse qualquer avanço relevante em relação ao conflito.

Durante o ano de 2011, a Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CONJUR-MCTI tomou o assunto para si, realizando reuniões com as empresas envolvidas para busca da melhor solução jurídica para a controversia.

A Consultoria Jurídica do MCTI por meio de Memorando encaminhado ao Diretor da CCAF, ref. Memo nº 207/2011 CONJUR-MCTI/CGU/AGU, de 29.12.2011, informou àquele órgão que permanece o interesse na solução da controvérsia e da atuação daquele órgão da Consultoria Geral da União para auxiliar no deslinde da questão, informando, outrossim, que a CONJUR-MCTI permanece estudando o melhor caminho para a solução da matéria.

Durante o ano de 2012, foi realizada nova avaliação do terreno, tendo sido consultadas três empresas/profissionais do ramo.

Em 20/08/2012, foi realizada na sede da CNEN reunião promovida por iniciativa da Consultoria Jurídica do MCTI, da qual participaram os representantes jurídicos da CNEN, INB e NUCLEP. Na citada reunião, a Procuradoria da CNEN apresentou as ponderações da CNEN em face da controvérsia existente. Ficou decidido que as partes envolvidas levariam ditas ponderações às suas respectivas áreas contábeis para aprofundamento das sugestões apresentadas.

O assunto foi levado para a análise da área contábil da NUCLEP, tendo a INB procedido da mesma forma.

A área contábil da NUCLEP preparou um parecer técnico sobre a questão do terreno onde está situada a fábrica em Itaguaí – RJ, e também foi solicitado a um consultor externo um parecer. O parecer do Consultor externo apresentou a seguinte proposta de solução do problema: *Contabilizar o terreno como um crédito da INB, a ser, posteriormente, baixado como aumento de capital na NUCLEP, que, em seguida, repassaria para a controladora CNEN, ou como perda (da INB) a débito de resultado*.

Paralelamente, foi encaminhado Ofício à NUCLEP em que a Marinha do Brasil manifesta seu interesse na aquisição da área onde está construída a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas - UFEF, objeto de cessão gratuita por parte da INB, com a intervenção da NUCLEP. O Conselho de Administração aprovou o envio da manifestação formal da Marinha do Brasil à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União.

No ano de 2013, a NUCLEP apresentou proposta de regularização contábil do terreno, baseada em parecer de especialista na área, consistente na contabilização do terreno como crédito da INB, a ser, posteriormente, baixado como aumento de capital na NUCLEP, que, em seguida, repassaria para a controladora CNEN, ou como perda (da INB) a débito de resultado. A referida proposta foi rejeitada pela INB.

O Presidente da CNEN indicou que devolverá o processo à CCAF com duas propostas de encaminhamento. A primeira seria de um aporte financeiro, pelo MCTI, na NUCLEP, correspondente ao valor de mercado do terreno, descontado o valor referente à parte do terreno ocupada pela Marinha. A segunda seria a provocação de iniciativa legislativa para retificação da propriedade do terreno, com o aporte, pelo MCTI, na NUCLEP, apenas do valor correspondente às indenizações pagas pela INB em razão da desapropriação.

A CCAF encaminhou o processo para o MCTI com a orientação de que a CNEN apresente uma solução para o caso das duas Empresas, já que é a acionista majoritária em ambas.

A CNEN promoveu reuniões com as partes envolvidas e estuda uma alternativa para resolver o caso.

X - CONTROLE INTERNO

O Controle Interno, na Administração Pública, conforme conceituação do Tribunal de Contas da União (TCU) é o processo efetuado pela administração e por todo o corpo funcional, integrado ao processo de gestão em todas as áreas e todos os níveis de órgãos e entidades públicas, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que, na consecução da missão, dos objetivos e das metas institucionais, os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos e os seguintes objetivos gerais de controle serão atendidos:

- Eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- Integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de *accountability*;
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição;
- Adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

A Auditoria Interna da NUCLEP está subordinada diretamente ao Conselho de Administração em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, art. 15, § 3º. Trata-se de um importante componente na avaliação dos controles internos, não só atuando para corrigir os desperdícios, as impropriedades/difusões, a negligência e a omissão, mas, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, buscando garantir os resultados pretendidos.

Além do mais, a Auditoria Interna insere, quando solicitado, atividades de auditoria propostas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, fornece subsídios solicitados para as reuniões do Conselho Fiscal, estando presente a todas as reuniões, e esta a disposição para servir como órgão de assessoria no mapeamento de riscos.

Em conformidade com a Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) nº 2, a auditoria interna se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade. E em cumprimento da Resolução CGPAR nº 3, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) são aprovados pelo Conselho de Administração sem a presença do Presidente da NUCLEP.

No ano de 2015, em cumprimento da Lei 6.404/76, como de costume, a NUCLEP passou por uma auditoria externa feita pela INDEP - Auditores Independentes S/S. A Auditoria Interna se coloca a disposição para fornecer, toda vez que solicitada pelos auditores externos, orientação e relatórios, contribuindo assim, na emissão do Relatório de Auditoria Externa.

Na busca do aperfeiçoamento contínuo e da adoção das melhores práticas de mercado, a Auditoria Interna participou de encontros, fórum, cursos de especialização e intercâmbio (*Benchmarking*) com outras unidades de auditoria interna, áreas de controle e outras de interesse. Dentre estes, destacamos os seguintes:

- Diálogo Público promovido pelo TCU;
- Seminário - Aperfeiçoando a Governança do Setor Público Brasileiro;
- 4º Fórum de Auditoria de Sistemas na Caixa Econômica Federal; e
- Seminário de Liderança e Gestão Estratégica em Tempos de Desafios e Pedagogia Empresarial.

A Diretoria da NUCLEP tem se preocupado em fortalecer a Auditoria Interna. Por muitos anos, a equipe era composta de um gerente e um auditor. Encerramos o ano de 2015 com um gerente, três auditores, sendo todos estes aprovados em concurso público. A Auditoria Interna se manteve no programa de treinamento de estagiários e, com isto, contou com uma estagiária de nível superior (Administração). Fora isto, a Diretoria tem fornecido todo o apoio em termos de condições de trabalho. Esta é uma forte evidência da preocupação da empresa em fortalecer os controles internos.

XI – ENCERRAMENTO

O desempenho da Companhia em 2015 indica que soluções inovadoras, fortemente baseadas em Ciência, Tecnologia e Inovação, vão se tornar cada vez mais importantes para a sustentabilidade e o avanço da NUCLEP.

Registramos nosso respeitooso agradecimento à Presidenta Dilma Rousseff, ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação pela confiança depositada nos gestores da NUCLEP e no comprometimento dos que nela trabalham. Da mesma forma, a Diretoria Executiva da NUCLEP agradece aos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, cujo empenho na valorização e no crescimento da NUCLEP nos inspira e entusiasma. Por fim, externamos especial agradecimento a todos os empregados da NUCLEP, incansáveis em demonstrar diariamente seu pleno comprometimento com os objetivos da Empresa, a todos os nossos clientes, parceiros e fornecedores; à Marinha do Brasil; ao Ministério da Defesa; e à CNEN; pela confiança em nós depositada.

Itaguaí-RJ, 28 de março de 2016

JAIME WALLWITZ CARDOSO
 Presidente

LIBERAL ENIO ZANELATTO
 Diretor Industrial

SAULO SEVERINO CAMPOS DE FARIAS
 Diretor Administrativo

CELSON CUNHA
 Diretor Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2015	2014		PASSIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE					CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	17.014	3.018		Fornecedores		59.753	36.669
Contas a receber	5	54.734	39.795		Obrigações trabalhistas e sociais	13	25.596	19.347
Estoques	6	48.298	46.380		Obrigações tributárias	14	12.379	10.033
Impostos a recuperar	7	7.176	12.849		Previdência privada - NUCLEOS	17	17.067	15.041
Outros créditos	8	5.489	3.582		Obrigações com clientes	15	5.508	6.703
TOTAL DO CIRCULANTE		132.711	105.624		Outras obrigações		911	1.155
NÃO CIRCULANTE					TOTAL DO CIRCULANTE		121.214	88.948
Realizável a Longo Prazo					NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	9	201.745	189.411		Exigível a Longo Prazo			
Estoque - produção em processo	6	80.863	69.766		Empréstimos - INB	16	21.526	18.850
Depósitos recursais		9.269	8.787		Previdência privada - NUCLEOS	17	185.799	172.980
Cauções		5.839	5.294		Provisões	18	8.169	9.607
		297.716	273.258		Obrigações com clientes	15	42.832	64.236
Investimento		64	50		Imóvel para aumento de capital	10	1.560	1.560
Imobilizado	10	294.807	308.844		Receita de subvenção a realizar	19	93.580	77.490
Intangível	11	2.373	2.373		TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		353.466	344.723
Subvenção do Tesouro para investimento	12	(33.118)	(26.264)		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		561.842	558.261		Capital social	20	61.210	61.210
TOTAL DO ATIVO		694.553	663.885		Reserva de reavaliação	20	51.099	56.409
					Ajuste de avaliação patrimonial	10	159.864	159.864
					Prejuízos acumulados		(52.300)	(47.269)
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		219.873	230.214
					TOTAL DO PASSIVO		694.553	663.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita bruta de vendas de produtos e serviços		61.516	43.589
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional		290.673	222.008
Imposto sobre vendas de produtos e serviços		(7.865)	(7.599)
RECEITA LÍQUIDA		344.324	257.998
Custo dos produtos e serviços vendidos		(113.014)	(49.053)
RESULTADO BRUTO		231.310	208.945
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e comerciais		(161.389)	(149.090)
Tributárias		(3.073)	(3.424)
Financeiras líquidas	21	(2.181)	(1.680)
Custos fabris não apropriados à produção		(69.767)	(59.756)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(236.410)	(213.950)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS			
Perda na venda de imobilizado		(5.511)	-
Indenização de Seguro		837	-
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		(4.674)	-
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(9.774)	(5.005)
IRPJ	27	-	(679)
CSLL	27	-	(253)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(9.774)	(5.937)
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210
Resultado do exercício por ação em R\$		(0,16)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	(9.774)	(5.937)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variações monetárias líquidas	2.675	2.168
Depreciações e amortizações	7.368	9.539
Baixa no ativo imobilizado	23.279	-
Realização das subvenções de investimentos	(3.120)	(4.051)
(Aumento) Redução do Ativo	20.428	1.719
Contas a receber	(27.273)	(12.534)
Outros créditos	(1.907)	753
Estoques	(13.015)	(39.423)
Depósitos recursais e cauções	(1.027)	2.166
Impostos a recuperar	5.673	2.559
Aumento (Redução) do Passivo	(37.549)	(46.479)
Fornecedores	23.085	(5.863)
Obrigações trabalhistas e sociais	6.248	3.066
Obrigações tributárias	2.346	(502)
Previdência privada	14.845	7.926
Obrigações com clientes	(22.599)	(3.658)
Subvenções a realizar/outras	15.846	34.366
Provisões	(1.438)	369
Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	21.212	(9.056)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(17.153)	(2.395)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Subvenções para investimentos	9.937	2.801
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	13.996	(8.650)
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo inicial do disponível (2014/2013)	3.018	11.668
Saldo final do disponível (2015/2014)	17.014	3.018
Varição no Saldo das Disponibilidades	13.996	(8.650)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2014		61.210	61.153	159.864	(46.076)	236.151
Baixa da reserva de reavaliação	20	-	(4.744)	-	4.744	-
Resultado do exercício		-	-	-	(5.937)	(5.937)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2014		61.210	56.409	159.864	(47.269)	230.214
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.743)	-	4.743	-
Baixa da reserva de reavaliação		-	(567)	-	-	(567)
Resultado do exercício		-	-	-	(9.774)	(9.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		61.210	51.099	159.864	(52.300)	219.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em Milhares de Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e *offshore*, e outros projetos.

Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa foi obrigada a reorientar suas atividades comerciais para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com os recursos da União, que durante o exercício foram de R\$290.673 mil (2014: R\$ 222.008 mil).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes:

Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes, alimentação, transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e suas alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas e pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB.

2.1 – Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza econômica gerada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e aprovada pela Deliberação CVM 557/08, bem como as Normas Internacionais de Contabilidade - *IFRS International Financial Reporting Standards* apresentada como informação adicional.

2.2 – Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e gerenciais da Companhia. Esse balanço é apresentado como informação adicional.

2.3 – Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 – Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa;

3.2 – Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e demais derivativos não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente;

3.3 – Ao ativo realizável a longo prazo não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização;

3.4 – Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, a empresa entende que não há indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil, considerando que além dos serviços usuais de manutenção, a empresa iniciou a remodelação tecnológica das principais máquinas e equipamentos do parque industrial;

3.5 – As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5;

3.6 – Outros créditos estão registrados ao valor original;

3.7 – Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição;

3.8 – O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até dezembro de 1995, sendo depreciado pelo método linear;

3.9 – As provisões trabalhistas são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião dos advogados;

3.10 – Os empréstimos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados;

3.11 – A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação;

3.12 – As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados e compreendem o valor das vendas e serviços e são reconhecidas pelo regime de competência;

3.13 – Subvenções e assistências governamentais são os recursos recebidos do Tesouro Nacional, destinados a investimentos (aquisição de ativos), pagamento de pessoal e custeio, reconhecidos pelo regime de competência nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos/despesas;

A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		
Pessoal	2.820	1.028
Custeio	14.194	1.990
	17.014	3.018

Corresponde à conta única centralizada pelo Tesouro Nacional, a qual a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentam os recursos próprios e os recursos provenientes do Tesouro Nacional.

5 – CONTAS A RECEBER

	2015	2014
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	27.704	14.792
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.004	6.019
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)
Secretaria do Tesouro Nacional	39.414	34.372
	54.734	39.795

6 – ESTOQUES

Devido à implantação do sistema integrado Benner, não foi possível efetuar a contagem física dos estoques, e será regularizado no decorrer do exercício de 2016, informamos que sob o aspecto quantitativo a produção em processo representa 86% do estoque total e possuem controles específicos. Os estoques apresentam a seguinte estrutura:

	2015	2014
Estoque - Circulante		
Produtos em Processo	30.285	24.466
Matérias-Primas	6.174	9.905
Materiais para Consumo Industrial e Manutenção	11.839	12.009
	48.298	46.380
Estoque - Não Circulante		
Produtos em Processo	80.863	69.766
	129.161	116.146

7 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
Tributos Federais	2.889	4.016
Tributos Estaduais - ICMS	4.287	8.833
	7.176	12.849

8 – OUTROS CRÉDITOS

	2015	2014
Adiantamentos a Fornecedores	2.570	1.665
Adiantamentos a Empregados	3.114	2.637
Outras Contas	524	-
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(720)	(720)
	5.489	3.582

9 – CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

	2015	2014
Secretaria do Tesouro Nacional	193.968	182.587
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	2.174	3.168
Outras Contas	5.603	3.656
	201.745	189.411

Secretaria do Tesouro Nacional referem aos recursos que serão recebidos para pagamento do Termo de Transação com o Nucleos (Nota 23), as provisões consideradas prováveis depois de transitadas e julgadas em juízo (Nota 18).

10 – IMOBILIZADO

Itens	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	2015		2014
			Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	161.424	-	161.424	181.834
Adiantamentos	-	10.711	-	10.711	630
Instalações	2%	9.692	3.057	6.635	9.882
Edificações	2%	78.874	22.844	56.030	54.468
Equipamentos Industriais	4%	131.415	78.850	52.565	57.708
Máquinas e Equipamentos	5%	4.017	1.950	2.067	2.535
Móveis e Utensílios	10%	2.715	2.034	681	610
Equipamentos de informática	20%	7.029	2.759	4.270	996
Veículos	20%	1.377	953	424	181
		407.254	112.447	294.807	308.844

10.1 – Instalações NUCLEP – No exercício de 2013, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel, com base em laudo de avaliações, com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Contábeis deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor infinitamente menor que o valor justo

Custo Contábil	1.560
Ajuste	159.864
Valor Justo	161.424

11 – INTANGÍVEL

	2015	2014
Acordo de Cooperação Técnica	1.509	1.509
Sistema Integrado	864	864
Total	2.373	2.373

12 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional relacionados aos ativos que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com o pronunciamento contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

	2015	2014
Aquisições	36.239	30.315
Receitas realizadas (acumulada)	(3.120)	(4.051)
	33.118	26.264

13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2015	2014
Salários e Encargos	1.136	238
Férias	24.460	19.109
	25.596	19.347

14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2015	2014
Tributos Federais	7.103	6.221
Tributos Municipais	5.276	3.812
	12.379	10.033

15 – OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na proporção em que os eventos físicos de cada contrato são concluídos. Estão divididos em circulante e não circulante.

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	-	8.094	-	5.286
Empresa Brasileira de Solda Elétrica	-	2.724	-	-
Fundação Parque Alta Tecnologia	-	-	-	357
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	1.033	-	1.033
Eletronuclear Termonuclear S/A - Eletronuclear	5.508	-	3.979	-
Itaguaí Construções Navais	-	33.705	-	57.560
	5.508	42.832	6.703	64.236

16 – EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1.998, no montante de R\$ 21.526 mil (2014: R\$ 18.850 mil). Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão negociando uma nova proposta de pagamento.

17 – PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

	2015	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Circulante	17.067	15.041
Não Circulante	185.799	172.980
	202.866	188.021

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, no valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data base de 31/12/2006.

Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Cível, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida no valor de R\$ 112.813 mil.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao Recurso interposto pelo Nucleos (Agravo 222.312-RJ) e, conseqüentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à Nuclep. O Nucleos apresentou Recurso de Agravo Regimental, que aguarda julgamento.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao Recurso interposto pelo Nucleos e manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à Nuclep. Houve o trânsito em julgado da decisão. Os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

18 – PROVISÕES

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas, cíveis e tributários, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da Nuclep que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR que foi implantado sem efeito retroativo.

Os saldos dessas provisões são os seguintes:

	2015	2014
Ações trabalhistas	1.764	2.931
Ações cíveis	6.089	3.767
Ações tributárias	316	2.909
	8.169	9.607

As contingências classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

	2015	2014
Ações trabalhistas	18.601	17.229
Ações cíveis	11.207	11.029
Ações tributárias	182	-
	29.808	28.258

19 – RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

Referem-se aos valores recebidos a título de subvenções cujos custos e/ou despesas ainda não incorreram.

20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 – Capital Social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 61.210 mil, representado por ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 por cada uma, abaixo demonstrado:

Autorizado	183.524
A Integralizar	(122.314)
Subscrito e Integralizado	61.210

20.2 – Reserva de Reavaliação

No ano base de 2000 foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e neste exercício foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.743 mil (2014: R\$ 4.744 mil).

21 – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2015	2014
Receitas financeiras		
Variações monetárias	2.151	22
Juros, multas e taxas	56	-
Total das receitas financeiras	2.207	22
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(4.387)	(93)
Juros, multas e taxas	(2)	(1.609)
Total das despesas financeiras	(4.389)	(1.702)
Resultado financeiro	(2.181)	(1.680)

22 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga aos empregados e administradores, no mês de dezembro de 2015, foi de R\$22.988,74 (vinte de dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) e R\$ 1.181,44 (um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos) respectivamente (2014: R\$13.911,86 e R\$1.114,56).

O maior honorário atribuído aos administradores tomando por base o mês de dezembro de 2015, incluído na demonstração de resultado como despesas administrativas, foi de R\$33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) (2014: R\$28.073,13).

23 – PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – BD, que visa garantir aos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social. Dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

	2015	2014
DADOS POPULACIONAIS	Plano BD	Plano BD
1. Participantes Ativos		
1.1. Participantes - nº	900	845
1.2. Idade Média	39,5	39,6
1.3. Serviço Creditado (total)	12,9	12,7
1.4. Tempo para Aposentadoria	15,2	16,8
1.5 Salário Médio em R\$	9.124,66	8.256,41
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	174	183
2.2. Idade Média	63,16	61,00
2.3. Benefício Médio em R\$	4.491,74	4.482,94
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	52	50
3.2. Idade Média	58,4	57,7
3.3. Benefício Médio em R\$	2.265,38	1.712,22
População Total	1.126	1.078

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, esta especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu a avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS – Registro CIBA nº 067, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

	2015	2014
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES		
Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício	394.301	335.657
Custo do Serviço	10.555	9.876
Custo dos Juros	50.954	41.326
Benefícios Pagos/Adiantados	(11.691)	(10.968)
(Ganhos) ou Perdas Atuariais	(102.327)	(18.410)
Obrigações com Benefícios Projetados no Fim do Exercício	341.792	394.301
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	410.301	309.878
Retorno Esperado dos Investimentos	53.022	37.198
Contribuições Patronais	12.213	9.517
Contribuições de Participantes	7.060	7.661
Benefícios Pagos/Adiantados	(11.692)	(10.968)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais	37.861	57.014
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	508.765	410.300
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	166.973	15.999

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31/12/2015, é de R\$ 202.866 (nota 17).

24 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Riscos Cobertos	Cobertura R\$
Estoque e Imobilizado	Incêndios e riscos diversos	125.982
Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Viagem/Permanência de funcionários a Serviço no exterior	Responsabilidade civil	4.000
Seguro de vida em grupo	Viagem (por segurado)	76
	Funcionários	25

25 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a Nuclep pactou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a Nuclep em 29 de junho de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ está aguardando a decisão.

A NUCLEP considera remota a possibilidade de recebimento do montante da dívida, e tem optado em manter registrado contabilmente em contas de compensação o valor de R\$198.122 mil (2014: 169.926 mil), que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada.

26 – PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e consequentemente bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis, e representam um ativo fiscal diferido, que serão compensados com lucros tributários gerados pelas operações futuras, demonstrados a seguir:

	2015	2014
Imposto de Renda	(90.081)	(82.655)
Contribuição Social	(101.829)	(94.402)

JAIME WALLWITZ CARDOSO Presidente CPF 715.548.747-34	SAULO SEVERINO CAMPOS DE FARIAS Diretor Administrativo CPF 644.688.607-15	CELSO CUNHA Diretor Comercial CPF 661.442.057-72	LIBERAL ENIO ZANELATTO Diretor Industrial CPF 970.757.448-87	CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA Contador - CRC-RJ 044.218/O-0 CPF 414.363.777-49
---	--	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores da
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A - NUCLEP.
Itaguaí - RJ

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

1 - Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP** é responsável pela preparação e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

2 - Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP**.

A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3 - Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 – Ênfase

a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 devido à implantação do sistema integrado Benner, não foi possível efetuar a contagem física dos estoques, e será regularizado no decorrer do exercício de 2016, a companhia também informa que sob o aspecto quantitativo a produção em processo representa 86% do estoque total e possuem controles específicos.

5 - Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Essas Demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

6 - Outros Assuntos

Os Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório datado 26 de fevereiro de 2015, e que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ 0329 CNPJ: 42.464.370/0001-20

Sergio Paulo da Silva
Sócio
Contador CRC-RJ 087960/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores acionistas: O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., NUCLEP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Relatório dos Auditores Independentes INDEP – Auditores Independentes S/S, de 18 de março de 2016, sem ressalvas, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da NUCLEP.

Rio de Janeiro, RJ, 19 de abril de 2016

SIDNEY DE MIGUEL
Presidente do Conselho

JOSÉ ANTÔNIO SEVERO
Conselheiro

CHRISTIANE MARANHÃO DE OLIVEIRA
Conselheira

BALANÇO SOCIAL – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2015		2014		2015	2014
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
1 – GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA						
Empregados	179.907	95,8%	164.958	96,1%		
Governo	10.939	5,8%	7.599	4,4%		
Financiadores	6.829	3,6%	5.126	3,0%		
Acionistas	(9.773)	(5,2)%	(5.937)	(3,5)%		
Total	187.902	100,0%	171.746	100,0%		
2 – BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES						
Receita Líquida (RL)	344.324		257.998			
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	(9.774)		(5.937)			
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	179.907		164.958			
3 – RECURSOS HUMANOS						
		%		%		
		sobre		sobre		
3.1 – REMUNERAÇÃO BRUTA						
Empregados	144.731	61,8%	129.736	59,1%		
Administradores	825	0,4%	871	0,4%		
Total	145.556	62,2%	130.607	59,5%		
3.2 – ENCARGOS SOCIAIS						
		%		%		
		sobre		sobre		
3.3 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS						
Alimentação	5.730	2,4%	5.999	2,7%		
Transporte	10.175	4,3%	10.175	4,6%		
Previdência Privada	24.436	10,4%	24.436	11,1%		
Assistência Médica e Odontológica	5.988	2,6%	5.988	2,7%		
Segurança e Medicina do Trabalho	5.129	2,2%	5.129	2,3%		
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.793	0,8%	1.793	0,8%		
Seguro de Vida em Grupo	253	0,1%	253	0,1%		
Outros Benefícios	724	0,3%	724	0,3%		
Total	54.228	23,2%	54.497	24,8%		
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	234.135	100,0%	219.455	100,0%		
RELAÇÃO ENTRE A MENOR E A MAIOR REMUNERAÇÃO						
		R\$ Mil		R\$ Mil		
Empregados	23	1,2	13,9	1,0		
Administradores	33	-	28,0	-		
3.4 – COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL						
		2015		2014		
Total de empregados ao final do exercício		1.066		1.048		
Total de admissões durante o exercício		58		91		
Total de demissões durante o exercício		40		27		
Total de estagiários ao final do exercício		31		35		
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício		296		320		
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exercício		2		2		
Total de negros que trabalham na Empresa		489		483		
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros		25,0%		26,8%		
Total de empregados por sexo:						
• Feminino		211		196		
• Masculino		855		852		
PERCENTUAL DE OCUPANTES DE CARGOS DE CHEFIA POR SEXO:						
• Feminino		29,0%		26,8%		
• Masculino		71,0%		73,2%		
TOTAL DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA:						
• menores de 18 anos		-		-		
• de 18 a 35 anos		449		451		
• de 36 a 45 anos		229		209		
• de 46 a 60 anos		306		321		
• acima de 60 anos		82		67		
TOTAL DE EMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE:						
• analfabetos		-		-		
• com ensino fundamental		136		147		
• com ensino médio		465		461		
• com ensino técnico		166		165		
• com ensino superior		253		232		
• pós-graduados		46		43		
AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA						
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa (un)		70		30		
Número de processos trabalhistas julgados procedentes (un)		19		29		
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes (un)		23		15		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil)		4.546		7.387		
4 – INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO						
4.1 – RELACIONADOS COM A COMUNIDADE						
Total de investimentos/gastos em:						
Educação		6.515		5.024		
Transporte		411		161		
Alimentação		358		89		
Total relacionamento com a comunidade		7.284		5.274		
4.2 – INTERAÇÃO COM OS CLIENTES						
Número de reclamações recebidas diretamente na empresa		-		-		
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor		-		-		
Número de reclamações recebidas por meio da justiça		-		-		
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada		-		-		
Montante de multas e indenizações pagas a clientes		-		-		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações		-		-		
4.3 – INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES						
Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa						
		%		%		
		sobre		sobre		
5 – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE						
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	2.150	(22,0)%	0,6%	2.329	(39,2)%	0,9%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	357	(3,7)%	0,1%	27	(0,5)%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação para empregados, e administradores da entidade	19	(0,2)%	0,0%	16	(0,3)%	0,0%
Passivos Contingenciais	554	(5,7)%	0,3%	-	-	-
Total da interação com o meio ambiente	3.080	(31,5)%	1,0%	2.372	(40,0)%	0,9%

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. – NUCLEP.
Itaguaí – RJ

ASSUNTO: Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes relacionado com informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social.

1 - Introdução

Fomos contratados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre a compilação das informações socioambientais constantes no Balanço Social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 - Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3 - Responsabilidades dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da NUCLEP;
- o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e
- o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

4 - Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada à natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

5 - Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ 0329 CNPJ:42.464.370/0001-20

Sergio Paulo da Silva – Sócio
Contador CRC-RJ 087960/O-0